



ÁREA DO
CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



51) Aponte a assertiva correta

- a) Nas empresas de mais de dois mil empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- b) Nas empresas de mais de mil empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- c) Nas empresas de mais quinhentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- d) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

RESPOSTA: “d”

Comentários: A alternativa correta esta disposta no artigo 11 de nossa Constituição.

DA NACIONALIDADE

52) O artigo 12 de nossa Constituição menciona quem são os brasileiros natos e os naturalizados, diante disso aponte a assertiva correta

- a) são brasileiros natos os nascidos na Republica Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros,
- b) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na Republica Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- c) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira.
- d) são brasileiros naturalizados os que adquirem a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano apenas.
- e) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de cinco anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

RESPOSTA: “b”(art. 12, I, b)

Comentários: Tema recorrente em concursos públicos. São brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros que não estejam a serviço de seus país, pode ser serviço Federal, Estadual ou Municipal. Também são brasileiros natos os que nasceram no exterior de pai ou mãe brasileiros desde que eles estejam a serviço do Brasil, podendo ser serviço da União, dos Estados ou dos Municípios. Caso não estejam a serviço no exterior, quem nasceu naquele país, de pai ou mãe brasileira, pode vir a ser brasileiro nato se: forem registrados na repartição consular do Brasil no país do nascimento ou, vier a residir no Brasil em qualquer tempo e, após atingir a maioridade, requer a nacionalidade brasileira. Por sua vez, são brasileiros naturalizados aqueles que: de origem de países de língua portuguesa, residirem no Brasil há pelo menos um ano ininterrupto e tenham idoneidade moral. Já os de outras nacionalidades, é preciso residirem no Brasil há, pelo menos, quinze anos ininterruptos e não possuírem condenação penal. Nos dois casos é preciso requerer a nacionalidade brasileira.

Links úteis: www.mj.gov.br

Para saber mais: Estatuto do Estrangeiro, Lei 6815/80, Decreto 86715/81.

53) Segundo consta em nossa Constituição, é vedado estabelecer, por lei, distinção entre brasileiros natos e naturalizados, cabendo, no entanto, à própria Constituição prever tal distinção. Diante do que foi informado, aponte a alternativa correta sobre os cargos privativos de brasileiros natos

- a) Deputado Federal e Senador da Republica;
- b) Governador do Estado e seu vice;
- c) Ministro do Superior Tribunal de Justiça;
- d) Ministro Chefe da Casa Civil;
- e) Presidente da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA: “e”, artigo 12, §3º, II, CF

Comentários: Somente a Constituição Federal pode estabelecer discriminação ou distinção de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados. Tal distinção consta em diversos dispositivos da Constituição, por ora, veremos o que consta no parágrafo terceiro do artigo 12. São eles: cargos privativos de brasileiros natos: Presidente e Vice-Presidente da Republica, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal-STF, carreira diplomática, oficial das Forças Armadas, Ministro de Estado da Defesa.

A razão de ser os primeiros quatro incisos é que tais pessoas, em caso de impossibilidade do Presidente e Vice, ocupar a Presidência da República. Notem bem que o brasileiro naturalizado pode ser deputado federal ou senador, **SOMENTE NÃO PODE SER PRESIDENTE DESTAS CASAS**. No tocante ao Supremo Tribunal Federal, o naturalizado não pode ser nem membro, pois a Presidência deste Tribunal é ocupada em caráter de rodízio. As demais exceções tratam de questão de soberania e conflito de interesses.

Para saber mais: artigo 80, da Constituição Federal trata da linha sucessória da Presidência da República em caso de impedimento ou vacância, quais sejam, o Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

54) Sobre a perda da nacionalidade, aponte a alternativa correta

- a) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro, nato ou naturalizado, em virtude de sentença penal condenatória transitada em julgada.
- b) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que, em qualquer hipótese, adquirir outra nacionalidade.
- c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver sua naturalização cancelada por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que não cumprir com as suas obrigações de cidadão, tais como, votar e pagar impostos.

RESPOSTA: “c”, artigo 12, §4º, I, CF.

55) Ainda sobre a perda da nacionalidade, aponte a alternativa incorreta

- a) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- b) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo no caso de imposição de naturalização, pela lei estrangeira, ao brasileiro residente no estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
- c) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo no caso de imposição de naturalização, pela lei estrangeira, ao brasileiro residente no Brasil, como condição para a obtenção de visto de entrada em seu território.
- d) Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária, pela lei estrangeira.

RESPOSTA: “c”, as demais alternativas estão previstas no artigo 12, §4º, II, “a” e “b”.

56) Aponte a alternativa incorreta

- a) a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.
- b) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.
- c) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios, desde que autorizados pela União Federal.
- d) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

RESPOSTA: “c”, artigo 13, §2º, CF.

DOS DIREITOS POLÍTICOS

57) (TJ/MT- MAGISTRATURA- 2009- VUNESP). Tendo em vista o que reza a Carta Magna a respeito dos direitos políticos, é correto afirmar que

- a) o alistamento eleitoral será obrigatório para os maiores de dezoito anos, vedado os conscritos e facultativo aos estrangeiros e analfabetos.
- b) é uma condição de elegibilidade a filiação partidária dois anos antes do pleito.
- c) são inalistáveis os inelegíveis.
- d) o mandato eletivo poderá ser impugnado na Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação.
- e) a cassação dos direitos políticos poderá ocorrer, entre outros casos, em decorrência de improbidade administrativa.

RESPOSTA: “d”, artigo 14, § 10, CF.

58) (CRF/SP- ADVOGADO-2009- VUNESP). A Constituição Federal exige para o cargo de Vice-Governador do Distrito Federal a idade mínima de

- a) 18 anos b) 21 anos c) 30 anos d) 35 anos e) 40 anos

RESPOSTA: “c”, artigo 14, VI, b, CF.

59) (CREMESP- ADVOGADO- 2011-VUNESP). A cassação de direitos políticos

- a) pode ocorrer em virtude de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) decorre automaticamente da condenação criminal transitada em julgado.
- c) pode ser imposta como pena na hipótese da recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do artigo 5º, VIII da Constituição Federal.
- d) não é admitida pela Constituição Federal Brasileira.
- e) é uma das penas a ser imposta ao condenado por improbidade administrativa.

RESPOSTA: “d”, segundo o artigo 15 da Constituição Federal, a cassação dos direitos políticos é proibida, ou vedada.

60) Segundo a Constituição as condições de elegibilidade estão no artigo 14, §3º, diante disso, aponte a incorreta

- a) a nacionalidade brasileira.
- b) o pleno exercício dos direitos políticos.
- c) o alistamento eleitoral.
- d) o domicílio eleitoral, em qualquer localidade do Brasil.
- e) a filiação partidária.

RESPOSTA: “d”. De acordo com o inciso IV, exige-se o domicílio eleitoral na circunscrição, ou seja, na localidade onde se dará as eleições, por exemplo, eleições municipais, deve-se residir no município.